

LEANDRO SOUSA BESSA

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA RESISTÊNCIA À CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Leandro Sousa Bessa

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B557p

Bessa, Leandro Sousa

O papel da defensoria pública na resistência à criminalização da pobreza /
Leandro Sousa Bessa. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
388 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 329-365.

ISBN 978-65-5510-272-7

1. Criminologia. 2. Acesso à justiça. 3. Defensoria pública. 4. Seletividade.
5. Pobreza. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XVII
Apresentação.....	XXI
Introdução.....	1
1 Pobreza: marco conceitual e expressões de sua criminalização	9
1.1 Pobreza: uma aproximação conceitual	9
1.1.1 O tema pobreza no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU	17
1.1.2 O Sistema Interamericano de Direitos Humanos – SIDH: previsão e combate à pobreza	23
1.1.3 A pobreza brasileira	30
1.2 Criminalização da pobreza: conceito e espécies	35
1.2.1 Criminalização primária da pobreza	40
1.2.2 Criminalização secundária.....	47
1.3 Manifestações da criminalização da pobreza no mundo atual	63
1.4 O papel dos mass media na criminalização da pobreza	73
1.5 Criminalização da pobreza e incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito	84
2 Seletividade penal e suas manifestações no Brasil	107
2.1 Seletividade penal.....	107
2.2 A seletividade penal na história brasileira	118
2.2.1 O período colonial	119
2.2.2 O período imperial	123
2.2.3 O período republicano	129
2.3 O cárcere como instituição destinada aos mais pobres	145
2.4 Execuções extrajudiciais e tortura	168
2.4.1 Execuções extrajudiciais	169
2.4.2 Tortura.....	181
3 Defensoria Pública: funções fundamentais	195
3.1 A Defensoria Pública brasileira	195
3.1.1 A Defensoria Pública ontem e hoje	196

3.1.2 A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988 (CF/88): instituição promotora do acesso à justiça e dos direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade	208
3.1.3 A Lei Orgânica da Defensoria Pública – LONDP	220
3.2 Atuação internacional da Defensoria Pública: a Defensoria Pública da União – DPU e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos – SIDH	226
3.2.1 O SIDH: estrutura e funcionamento	226
3.2.2 A atuação interamericana da Defensoria Pública: DPU e Associação Interamericana de Defensores Públicos – AIDEF	233
4 A atuação da Defensoria Pública na resistência à criminalização da pobreza e à seletividade penal	245
4.1 A atuação judicial clássica: a Defensoria Pública como instância de proteção e defesa dos vulneráveis na esfera penal	248
4.2 A educação em direitos como instrumento de empoderamento dos vulneráveis	265
4.3 A atuação transindividual	276
4.4 A relevância da atuação extrajudicial	295
4.5 Defensoria Pública como porta de acesso aos sistemas internacionais de direitos humanos	309
Conclusão	319
Referências Bibliográficas	329